



Votar pela primeira vez

Para nós, jovens, que votámos domingo (pela primeira vez ou não), está reservado um futuro difícil e árduo. É urgente que continuemos a lutar pelos nossos direitos, mas também que apelemos a todos os portugueses que cumpram com os seus deveres, nomeadamente o dever de votar.



Tiago Ricardo

Estudante de Gestão no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa e natural da aldeia de Vale das Mós, no concelho de Abrantes.

26 de Janeiro de 2021, 9:05

Se alguma vez imaginei o primeiro dia em que exerceria o meu direito de voto, certamente que nunca pensei que acontecesse nas circunstâncias actuais. Mas de uma coisa tenho a certeza: exerci-o de forma consciente e a democracia pode continuar a contar comigo.

2021 deu continuidade à atipicidade a que 2020 já nos tinha habituado. No entanto, apesar dos números caóticos de contágios e fatalidades a que temos vindo a assistir nas últimas semanas, o nosso dever, enquanto cidadãos, de participação na vida democrática do nosso país não ficou confinado. Assim, este domingo, mais de 10 milhões de portugueses, de entre os quais perto de 7500 jovens novos eleitores (incluindo eu), foram chamados a votar numa eleição que acabou por ditar a vitória, para muitos certa à partida, de Marcelo Rebelo de Sousa.



Eleições em ano de pandemia (e em dose dupla, porque no Outono irão decorrer as eleições autárquicas) são sinónimo de perda total do encanto de um acto eleitoral — desaparecem os beijos, os abraços, os comícios (para alguns), as fotos e uma panóplia de outras coisas. Para mim, que sou um genuíno apreciador de política, estas eleições foram como que um mimo neste tempo de confinamento, uma vez que vieram transmitir alguma “normalidade” às minhas rotinas, permitindo que, por momentos, deixasse os pensamentos negativos próprios do tempo em que vivemos e me centrasse noutro assunto igualmente importante, nomeadamente o debate político. No entanto, aquilo que realmente me perturba é o facto de a maioria dos portugueses não partilhar do mesmo entusiasmo e interesse naquele que é um acto puramente patriótico, de cidadania e, ao mesmo tempo, símbolo da liberdade que adquirimos outrora: o voto.

Há muito que esperava a chegada deste dia, embora mal imaginasse as circunstâncias em que iria ocorrer. Domingo, depois de almoço, fui então votar pela primeira vez juntamente com a minha família. Habitado a acompanhar os meus pais em eleições anteriores, estranhei todo o novo processo, desde a fila com distanciamento, passando pelo álcool gel até ao facto de apenas uma pessoa poder entrar no espaço da Junta de Freguesia e ter de levar a sua própria caneta. Vivo em Vale das Mós, uma aldeia com pouco mais de 500 habitantes pertencente ao concelho de Abrantes e, tal como na maioria das povoações desta dimensão, a população é a maioritariamente constituída por idosos, jovens de outrora que experienciaram a repressão e a impossibilidade de contribuírem com a sua opinião para os destinos do seu país. Mas, apesar de não ter vivenciado esses tempos, não consigo nem posso compreender o facto de 60,5% dos portugueses, muitos deles testemunhas do Estado Novo, terem ficado em casa, não exercendo o seu direito de voto.

Se muitos não perceberam a importância destas presidenciais, na conjuntura actual a sua relevância foi seguramente ainda maior, tendo em conta os últimos acontecimentos, as incertezas do futuro e as ameaças à democracia que se têm feito sentir. Os impactos da situação pandémica na nossa economia, no Serviço Nacional de Saúde e na sociedade em geral estão ainda por descobrir. A forma e as circunstâncias em que o Governo irá lidar com todas estas condicionantes até ao final desta pandemia são uma incógnita e o papel do Presidente da República é hoje particularmente importante, não só de forma a proporcionar alguma estabilidade, mas também na defesa da implementação de políticas que garantam os reais interesses dos portugueses e no apelo ao bom senso, que ultimamente parece ter faltado.

Vivo em Vale das Mós, uma aldeia com pouco mais de 500 habitantes pertencente ao concelho de Abrantes e, tal como na maioria das povoações desta dimensão, a população é a maioritariamente constituída por idosos, jovens de outrora que experienciaram a repressão e a impossibilidade de contribuírem com a sua opinião para os destinos do seu país.

Mas muito mais estava em causa: estava em causa o avanço da extrema-direita que eu, enquanto jovem de um país que viveu 41 anos em ditadura, me recuso a aceitar. Apesar de vitória expressiva de Marcelo Rebelo de Sousa e do segundo lugar de Ana Gomes, conseguido através da maior votação de sempre numa candidata mulher, não pode haver espaço para fervores e contentamentos. É para mim preocupante o facto de 11,90% dos



portugueses terem votado num candidato que defende o divisionismo em portugueses de primeira e de segunda, que se tem posicionado inflamatoriamente contra minorias e que, no meu ponto de vista, está a colocar em risco a democracia como a conhecemos.

Nós, os jovens, somos o futuro, mas acima de tudo somos o presente. Sentimos a necessidade de uma reforma na educação, de modo a torná-la mais apelativa; sentimos a necessidade de um mercado de trabalho mais abrangente e mais justo; sentimos a necessidade de, neste momento, reconstruir um SNS à beira da ruptura; sentimos a necessidade de proteger uma Constituição que tantos e tantos anos demorou a formular e fazer valer; sentimos a necessidade de serem criadas condições para continuarmos a viver, com dignidade, no país que amamos.

Se nos últimos meses fomos capazes de reconhecer a importância das eleições presidenciais americanas e da eleição de Joe Biden em detrimento de Donald Trump e das suas políticas pautadas pela proliferação da desigualdade, repressão de migrantes e actos homofóbicos e racistas, por exemplo, porque estamos a escolher cada vez mais os mesmos destinos para o nosso país?

Resta-me concluir que para nós, jovens, que votámos domingo (pela primeira vez ou não), está reservado um futuro difícil e árduo. É urgente que continuemos a lutar pelos nossos direitos, mas também que apelemos a todos os portugueses que cumpram com os seus deveres, nomeadamente o dever de votar. Não podemos continuar a viver numa democracia em que metade se abstém e a outra metade parece caminhar para um precipício. Muitos dos nossos avós, bisavós e antepassados gostariam de ter tido as mesmas oportunidades de se expressarem. Deste modo, por favor não renunciemos a um dos mais bonitos direitos que nos foi concebido.